

PET no HABEAS CORPUS Nº 503.635 - DF (2019/0101714-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : VITORIA DE MACEDO BUZZI E OUTRO
ADVOGADOS : VITÓRIA DE MACEDO BUZZI - SC043796
THIAGO TURBAY FREIRIA - DF057218
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : CATARINA DE MACEDO BUZZI

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CATARINA DE MACEDO BUZZI contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do HC n.º 0705801-20.2019.8.07.0000 em trâmite no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Alegou a Parte Impetrante a ausência de justa causa para a ação penal, em que a Paciente é acusada da prática do delito do art. 129, § 9.º, do Código Penal, supostamente cometido contra seu ex- companheiro em situação de agressões recíprocas.

A petição inicial do presente *mandamus* foi liminarmente indeferida em razão da aplicação da Súmula n.º 691/STF (fls. 167-172).

Interposto agravo regimental em face da referida decisão, o companheiro da Paciente, Sr. Romualdo Campos Neiva Gonzaga, protocolizou nos autos a Petição n.º 298798/2019, em que pleiteia o desprovemento do agravo regimental e, consequentemente, a manutenção da decisão que aplicou o referido entendimento sumular (fls. 193-202).

Ato contínuo, a Agravante, na presente Petição (n.º 00339191/2019), requer o desentranhamento da petição apresentada pelo Sr. Romualdo, ao argumento de inviabilidade de sua intervenção na via do *habeas corpus*.

Acrescenta que

"4. Ainda que se admita que o querelante possa intervir no habeas corpus, a hipótese está restrita à ação penal privada, devido à assunção da titularidade da ação penal por àquele. Não é o caso! Ainda, não há se falar em omissão do titular da ação penal, noutra giro, apta a referendar a tentada legitimação. Por outra via, é cristalina a inviabilidade dialética em sede de habeas corpus, o que obriga o desentranhamento da petição prenunciada.

5. A esfera protetivas de direitos da mulher não se coaduna com

a permissividade que é dada ao agressor da vítima de violência doméstica - pretensamente protegida pelo Estado - de se manifestar nos presentes autos, principalmente, quando a natureza especialíssima do habeas corpus não permite intervenção de terceiro, seja qual for sua razão, muito menos em uma patética tentativa de abrir contraditório em desfavor a própria paciente." (fl. 210).

Em que pese não ter havido pedido expresso de intervenção nos autos formulado pelo Sr. Romualdo, mas somente sua manifestação em defesa da decisão agravada, há que se deferir o pedido de desentranhamento de sua petição, em razão da impossibilidade de sua participação no presente *mandamus*, em que sua liberdade de locomoção não é discutida.

Vale lembrar que o *habeas corpus* cuida-se de **remédio de manejo exclusivo da Defesa**, e, em razão de sua cognição sumária, a relação processual desenvolvida não prevê a participação das partes.

Ademais, esta Corte Superior possui entendimento de que tal ação constitucional é reservada "*às hipóteses em que alguém é vítima de constrangimento ilegal ou de abuso de autoridade, assim como nas que se acha na iminência de sofrê-lo quanto à liberdade de ir e vir, [motivo pelo qual] não se mostra adequada a participação e intervenção de terceiros no aludido procedimento mandamental*" (PET no HC 381.784. Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 12/11/2018).

Ante o exposto, defiro o pedido de desentranhamento da Petição protocolada sob o n.º 298798/2019.

Publique-se. Intimem-se.

Após, à nova conclusão.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora